

**Supremo Tribunal de Justiça**

**Processo nº 3585/19.4T8BRG.G1.S1**

**Relator:** NUNO PINTO OLIVEIRA

**Sessão:** 18 Fevereiro 2021

**Votação:** UNANIMIDADE

**Meio Processual:** REVISTA

**Decisão:** NEGADA A REVISTA

## ACÇÃO DE DIVISÃO DE COISA COMUM

### CONFERÊNCIA DE INTERESSADOS

### INTERPRETAÇÃO DA LEI

### INTERESSADO

### FALTA

### OBRIGATORIEDADE DE COMPARÊNCIA

### ACORDO

### ADJUDICAÇÃO

## Sumário

I.— O art. 929.º do Código de Processo Civil deve ser objecto de uma interpretação declarativa, distinguindo os casos em que comparecem na conferência dois ou mais interessados e os casos em que comparece na conferência um, e só um, dos interessados na divisão de coisa comum.

II.— Quando compareçam na conferência dois ou mais interessados, poderá haver acordo para a adjudicação; quando compareça na conferência um, e só um, dos interessados, não poderá haver acordo — devendo aplicar-se o art. 929.º, n.º 2, segunda parte (“... é a coisa vendida, podendo os consortes concorrer à venda”).

## Texto Integral

### I. — RELATÓRIO

**1.** AA propôs acção de divisão de coisa comum contra BB alegando a indivisibilidade das fracções autónomas objecto da acção e pedindo:

I. — que fosse fixada a quota de Autor e da Ré nos imóveis indicados;

II. — que, desde que não fosse possível a venda, fosse feita respectiva adjudicação.

**2.** A Ré BB não contestou.

**3.** Foi designado dia para uma conferência de interessados, para a qual ambos os interessados foram notificados.

**4.** A Ré BB não compareceu na conferência.

**5.** O Autor AA requereu que lhe fosse adjudicado o imóvel.

**6.** O Tribunal de 1.<sup>a</sup> instância indeferiu a pretensão formulado pelo requerente na conferência e determinou que os autos prosseguissem para a fase da venda, de acordo com o art. 929.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 2 do Código de Processo Civil.

**7.** Fundamentou a sua decisão nos seguintes termos:

“Como decorre do disposto no art.<sup>o</sup> 929.<sup>o</sup>, n.<sup>o</sup> 2, do CPC, a lei não exige a presença de todos os interessados para que possa haver acordo quanto à adjudicação a alguns deles. Para o acordo basta a deliberação (por unanimidade) dos presentes.

Mas, estando presente apenas um interessado, não é, por natureza, possível qualquer deliberação e subsequente acordo, não se podendo ter este por verificado por declaração de vontade do único interessado presente.

Como se afirma no A. da Rel. De Évora, de 29.03.2012, (disponível em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt)), estando na conferência presente apenas um interessado é impossível estabelecer-se qualquer acordo, uma vez que um acordo é um encontro de pelo menos duas vontades ou seja pressupõe que pelo menos duas pessoas aceitem um certo resultado, sendo que uma pessoa não pode celebrar acordo consigo próprio”.

**8.** Inconformado, o Autor interpôs recurso de apelação.

**9.** Finalizou a sua alegação com as seguintes conclusões:

A. — O Tribunal a quo motivou a Decisão sub judice considerando que no caso presente em que apenas há dois interessados, faltando um deles devidamente notificado o interessado presente não pode requerer que o imóvel indivisível lhe seja adjudicado a si mesmo.

B. — A nosso ver, e salvo melhor opinião, não assiste razão ao Tribunal a quo, por um lado, porque a Decisão sub judice não atende à ratio legis do preceito aplicado, (artigo 929.º n.º 2 e 4 do C. P. C), e por outro lado porque não são tais normas, na sua aplicação, interpretadas de forma lógica e justa.

Consideramos assim que a ratio legis das normas cuja aplicação conjugada se impõe - n.º 2 e 4 do artigo 929.º do C. P. C. - se descobre com o sentido de que sendo a coisa indivisível, como é o caso presente, a Conferência de Interessados tem em vista o acordo dos interessados na adjudicação a alguns ou algum dos interessados, (estabelecendo o n.º 4 que o acordo dos interessados presentes obriga os que não comparecem).

C. — O legislador não quis seguramente atribuir à expressão “acordo”, constante do preceito em causa, o sentido de “acordo de vontades”, tal como plasmado no artigo 232.º do C.C..

Os presentes na Conferência de Interessados não realizam nenhum “contrato entre eles”; entre eles não há nenhum acordo contratual!

D. — O sentido da expressão “acordo” constantes das normas dos n.º 2 e 4 do artigo 929.º do C. P. C. só pode pois interpretar-se como o “assentimento”, a “concordância”, a “aceitação” relativamente à adjudicação - o facto de os interessados se manifestarem “favoráveis” à adjudicação, “aceitarem” a adjudicação.

Não se trata pois, a nosso ver, de qualquer acordo (negocial) entre os interessados presentes pelo qual estes aceitam que a adjudicação se faça a este ou àquele.

Não há nenhum contrato entre os interessados presentes determinante do seu assentimento a que a adjudicação se faça a este ou à quele interessado.

E. — Era a seguinte a redação anterior do preceito em causa, (art.º 1060.º n.º 2):

“Na falta de contestação, serão os interessados convocados a uma conferência para declararem se concordam em que a coisa se adjudique a algum ou alguns...”, (sublinhado nosso).

F. — O Tribunal a quo aplica as normas dos n.º 2 e 4 do artigo 929.º do C. P. C. com um sentido “redutor”, “antijurídico”, “ilógico” e “injusto”.

Porque, no entender do Tribunal a quo, as normas, dos n.º 2 e 4 do artigo 929.º do C. P. C. só seriam aplicáveis no caso de haver três ou mais interessados, e faltar um deles!!

G. — Considerou o Tribunal a quo, (a nosso ver erradamente), que havendo apenas dos interessados, (como é o caso presente) a faltar um deles, não pode ser aplicado o regime do disposto no artigo 929.º n.º 2 e 4 do C P. C.

Neste caso, de apenas dois interessados, com um faltoso, haverá pois benefício do infrator - o interessado pode faltar à vontade à Conferência de Interessados que nada lhe acontece (!), nenhuma consequência daí lhe advém.

H. — A Lei é geral e abstrata e deve aplicar-se a todos por igual - com as mesmas vantagens e prejuízos.

Será justo que havendo três interessados e faltar um deles, na Conferência de Interessados os dois presentes possam “estar de acordo”, “consentir”, “aceitar” que a adjudicação se faça a algum ou alguns dos interessados presentes?

E não será igualmente justo que havendo dois interessados e faltar um, na Conferência de Interessados o interessado presente possa “estar de acordo”, “consentir”, “aceitar”, que a adjudicação se faça a si mesmo, como interessado?

I. — A aplicação do regime dos n.º 2 e 4 do citado art.º 929.º do C. P. C. apenas ao caso de haver três ou mais interessados, redundará pois em “discriminação legal” em função do número de interessados - O QUE SE NÃO PODE CONCEBER QUE TENHA SIDO VONTADE DO LEGISLADOR.

J. — As normas dos n.º 2 e 4 do citado artigo 929.º do C. P. C. não são de aplicação dependente do número de interessados.

Devem aplicar-se independentemente de quantos sejam os interessados e por forma a “privilegiar” a adjudicação no âmbito da Conferência de Interessados, que é convocada precisamente tendo em vista a adjudicação a alguns ou alguns dos interessados.

E deve assim aplicar-se ao caso presente em que há apenas dois interessados e um deles, devidamente notificado, faltou à Conferência de Interessados.

K. — Foram violadas as normas dos n.º 2 e 4 do artigo 929.º do C. P. C.

Tais normas deveriam ter sido aplicadas e com o sentido de que havendo apenas dois interessados, qualquer deles pode requerer que os bens lhe sejam adjudicados, se o outro, devidamente notificado, faltar à Conferência de Interessados Termos em que pede a procedência do Recurso, revogando-se a Decisão sub judice e adjudicando-se os imóveis ao interessado ora recorrente e assim a realização de JUSTIÇA.

**10.** O Tribunal da Relação ... confirmou, por unanimidade, a decisão proferida pelo Tribunal de 1.<sup>a</sup> instância.

**11.** Fundamentou a sua decisão nos seguintes termos:

“... As normas em discussão, que têm por base o artigo 1056 do CPC, já revogado, referem-se a um acordo entre os interessados presentes e devidamente notificados os ausentes. Daqui se pode concluir que, para que seja possível o acordo, terão de estar presentes, pelo menos, dois interessados. Pois um acordo pressupõe uma convergência de vontades, que exige, pelo menos duas, ou seja, duas pessoas a decidirem no mesmo sentido.

Assim julgamos que a decisão impugnada está de acordo com a lei, pelo que deve manter-se.

Concluindo: Na acção de divisão de coisa comum a adjudicação do bem indivisível pressupõe acordo entre, pelo menos, dois interessados presentes na conferência de interessados”.

**12.** Inconformado, o Autor interpôs recurso de revista.

**13.** Finalizou a sua alegação com as seguintes conclusões:

A — Na sociedade atual constitui situação padrão e crescente o facto de bens imóveis serem adquiridos em compropriedade por apenas dois comproprietários - em diversas situações da vida real nomeadamente devidas à sociedade conjugal ou união de facto.

B — Nestas situações, em processo judicial de divisão de coisa comum, há sempre e normalmente apenas dois interessados - os cônjuges ou os que vivem em união de facto - e nestes casos, se na conferência de interessados se exigir, (como foi exigido nas Decisões das Instâncias a quo), a presença de dois interessados na conferência de interessados, como se faltar um apenas o outro e restante interessado poderá estar presente não terá nestes casos aplicação o disposto no artigo 929.º n.º 2 e 4 do C.P.C., (!...)

C — Havendo apenas dois interessados em processo judicial de divisão da coisa comum, e estando um ausente e o outro presente na conferência de interessados, não terá aplicação o disposto no artigo 929.º n.º 2 e 4 do C.P.C., tendo por consequência desta impossibilidade de aplicação do artigo 929.º n.º 2 e 4 do C.P.C. que o interessado presente não possa beneficiar da possibilidade legal de requerer a adjudicação e que ao interessado ausente não seja aplicada a sanção processual prevista no artigo 929.º n.º 4, 1.º segmento do C.P.C.

E ASSIM,

D — A Decisão proferida pelas Instâncias a quo, (que não aplicou o disposto no artigo 929.º n.º 2 e 4, 1.º segmento do C.P.C.), afigura-se ilegal, violadora do artigo 9.º do Cód. Civil e dos princípios da Justiça e da Igualdade das Partes e violadora ainda do artigo 13.º n.º 1 da Constituição da República Portuguesa.

E — E estas decisões das Instâncias, sub judice, impõem-nos a conclusão de que a norma do artigo 929.º n.º 4, 1.º segmento do C.P.C. NÃO TEM APLICAÇÃO QUANDO HÁ DOIS INTERESSADOS E NA CONFERÊNCIA UM FALTE E O OUTRO COMPARECE!...

E ainda concluir que, havendo dois interessados e um deles falte e o outro esteja presente, NÃO TEM IGUALMENTE APLICAÇÃO O DISPOSTO NO N.º 2 DO CITADO ARTIGO 929.º DO C.P.C.!...

F — O sentido regulador da disposição do citado artigo 929.º n.º 2 do C.P.C. é o de que “entre os presentes na conferência de interessados não deve haver oposição de nenhum na adjudicação que fôr deliberada”, sendo essa a significação da expressão legal “acordo dos interessados presentes”.

G. — Foram violadas as disposições do artigo 929.º n.º 2 e 4, do 1.º segmento, do C.P.C., e do artigo 13.º n.º 1 do C.R.P. - tais normas deveriam ter sido aplicadas e com o sentido de que na presença de apenas dois interessados na falta de um deles na conferência de interessados pode o que estiver presente requerer a adjudicação do bem objeto da divisão.

Termos em que pede a procedência do recurso, determinando-se a adjudicação do imóvel ao Requerente e aqui Recorrente, conforme requerido, e realizando-se JUSTIÇA.

**14.** Estando preenchidos os pressupostos do art. 671.º, n.º 3, do Código de Processo Civil, o Autor, agora Recorrente, pediu que a revista fosse admitida a

título excepcional, ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do art. 672.º do Código de Processo Civil.

**15.** Fundamentou o seu pedido de que a revista fosse admitida nos seguintes termos:

1. - A Decisão sub judice proferida pelo Tribunal de 1.ª Instância e confirmada no Tribunal da Relação, prende-se com a interpretação e aplicação da norma do artigo 929.º n.º 2 do C.P.C., ou seja, com a adjudicação, em conferência de interessados, de bens objeto de divisão de coisa comum.

E ASSIM,

2 - Na sociedade atual é crescente o numero de casos em que os cidadãos recorrem à divisão de coisa comum; é crescente o numero de casos em que se pretende a divisão de imóveis adquiridos em comunhão conjugal, ou em comunhão em situação de união de facto ou em outros e diversos tipos de partilha de bens...Havendo sempre necessidade do recurso ao respetivo processo de divisão de coisa comum.

3 - Nos presentes autos são dois os proprietários em comum do imóvel a dividir, sendo por isso dois os sujeitos processuais.

4 - E esta situação de serem dois os proprietários em comum de qualquer imóvel a dividir é uma situação padrão que ocorre de forma crescente na sociedade atual, quer em virtude da dissolução conjugal quer em virtude das uniões de facto, e de outras situações da vida real.

5 - Os sujeitos processuais do processo judicial de divisão de coisa comum são sempre e necessariamente dois ou mais - daí que esta questão sobre que versam os presentes autos, a nosso ver é uma questão importantíssima e fundamental - saber se a norma do artigo 929.º n.º 2 do C.P.C. se aplica igualmente quer sejam dois ou mais os sujeitos processuais do processo de divisão de coisa comum.

6 - E saber se a citada norma (artigo 929.º n.º 2 do C.P.C.) deve ser aplicada e interpretada do mesmo modo e com o mesmo sentido sejam dois ou mais os sujeitos processuais no processo de divisão de coisa comum.

7 - E finalmente, a apreciação desta questão e a respetiva relevância jurídica concorrem necessariamente para uma melhor aplicação do Direito.

8 - E os interesses em causa, perseguidos e defendidos pelos cidadãos que sejam sujeitos processuais das relações jurídicas que existam, são naturalmente interesses de particular relevância social - se se considerar, como entendemos, que os bens são um elemento fundamental da vida em sociedade.

RAZÕES PORQUE SE ENTENDE JUSTIFICADA A ADMISSIBILIDADE DO PRESENTE RECURSO.

**15.** A Formação prevista no art. 672.º, n.º 3, do Código de Processo Civil admitiu o recurso.

**16.** Como o objecto do recurso é delimitado pelas conclusões do recorrente (cf. arts. 635.º, n.º 4, e 639.º, n.º 1, do Código de Processo Civil), sem prejuízo das questões de conhecimento oficioso (cf. art. 608.º, n.º 2, por remissão do art. 663.º, n.º 2, do Código de Processo Civil), a questão a decidir, *in casu*, é só a seguinte: — se, no caso de à conferência prevista no art. 929.º do Código de Processo Civil, comparecer um único interessado, deve aplicar-se o regime do acordo.

## II. — FUNDAMENTAÇÃO

**17.** Os factos relevantes para a decisão constam do relatório.

**18.** Em tema de processo especial de divisão de coisa comum — previsto nos arts. 925.º ss. do Código de Processo Civil —, o art. 929.º determina nos seus n.ºs 1, 2 e 4:

1. — Fixados os quinhões, realiza-se conferência de interessados para se fazer a adjudicação; na falta de acordo entre os interessados presentes, a adjudicação é feita por sorteio.

2. — Sendo a coisa indivisível, a conferência tem em vista o acordo dos interessados na respetiva adjudicação a algum ou a alguns deles, preenchendo-se em dinheiro as quotas dos restantes. Na falta de acordo sobre a adjudicação, é a coisa vendida, podendo os consortes concorrer à venda.

4. — O acordo dos interessados presentes obriga os que não comparecerem, salvo se não tiverem sido notificados, devendo sê-lo. Na notificação das pessoas convocadas faz-se menção do objeto da conferência [\[1\]](#).

**19.** O problema está em averiguar se o termo *acordo* do art. 929.º do Código de Processo Civil deverá ser objecto de uma interpretação declarativa ou de uma interpretação extensiva: — de uma interpretação declarativa, em termos de só se aplicar a casos em que haja *duas ou mais declarações de vontade*, de dois ou mais sujeitos, titulares de dois ou mais interesses contrapostos; — de uma interpretação extensiva, em termos de se aplicar a casos em que haja *uma única declaração de vontade*, de um único sujeito (de um único interessado).

**20.** As instâncias deram preferência a uma *interpretação declarativa* do art. 929.º, distinguindo os casos em que comparecem na conferência dois ou mais interessados e os casos em que comparece na conferência um, e só um, dos interessados.

Quando comparecessem na conferência dois ou mais interessados, poderia haver *acordo* para a adjudicação; quando comparecesse na conferência um, e só um, dos interessados, não poderia haver *acordo* — devendo aplicar-se o art. 929.º, n.º 2, segunda parte: “... é a coisa vendida, podendo os consortes concorrer à venda”.

**21.** Ora os dois casos são de facto diferentes — quando compareçam na conferência dois ou mais interessados, há um diálogo entre titulares de interesses contrapostos; em consequência, pode presumir-se que o resultado da adjudicação por acordo é equilibrado; quando compareça na conferência um único interessado, não há diálogo — não pode presumir-se que o resultado da adjudicação por acordo seja equilibrado (seja justo).

**22.** Em direito civil, a diferença entre os dois casos exprime-se no *princípio do contrato* (art. 457.º do Código Civil<sup>[2]</sup>) e, em direito processual civil, deve exprimir-se na diferença de tratamento entre um *acordo*, expressão de duas ou mais vontades, e a expressão de uma única vontade — designadamente, para efeitos de interpretação do art. 929.º do Código de Processo Civil.

### III. — DECISÃO

Face ao exposto, **nega-se provimento ao recurso e confirma-se o acórdão recorrido.**

Custas pelo Recorrente AA.

Lisboa, 18 de Fevereiro de 2021

Nuno Manuel Pinto Oliveira (relator)

José Maria Ferreira Lopes

Manuel Pires Capelo

Nos termos do art. 15.º-A do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de Março, aditado pelo Decreto-Lei n.º 20/2020, de 1 de Maio, declaro que o presente acórdão tem o voto de conformidade dos Exmos. Senhores Conselheiros José Maria Ferreira Lopes e Manuel Pires Capelo.

---

[1] Sobre a interpretação do art. 929.º do Código de Processo Civil, *vide* por todos José Alberto dos Reis, *Processos especiais*, vol. I, com a indicação de que se trata de *Obra póstuma*, Coimbra Editora, Coimbra, 1982 (reimpressão), págs. 18-20; ou António Santos Abrantes Geraldès / Paulo Pimenta / Luís Filipe Pires de Sousa, anotação ao art. 939.º, in: *Código de Processo Civil anotado*, vol. II — *Processo de execução, processos especiais e processo de inventário judicial (arts. 703.º a 1139.º)*, Livraria Almedina, Coimbra, 2020, págs. 369-372.

[2] Sobre a interpretação do art. 457.º do Código Civil, *vide* por todos Fernando Andrade Pires de Lima / João de Matos Antunes Varela (com a colaboração de Manuel Henrique Mesquita), anotação ao arts. 457.º, in: *Código civil anotado*, vol. I, 4.ª ed., Coimbra Editora, Coimbra, 1987, págs. 438-439; Ana Prata, anotação ao art. 457.º, Ana Prata (coord.), *Código Civil anotado*, vol. I — *Artigos 1.º a 1250.º*, Livraria Almedina, Coimbra, 2017, págs. 589-590; e, criticamente, Fernando Oliveira e Sá, anotação ao art. 457.º, in: Luís Carvalho Fernandes / José Carlos Brandão Proença (coord.), *Código Civil anotado*, vol. II — *Direito das obrigações. Das obrigações em geral*, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2018, págs. 206-214.